

USO DE EVIDÊNCIAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS – O CONTEXTO INTERNACIONAL E O QUADRO BRASILEIRO

Ana Luiza Machado de Codes

Especialista em políticas públicas e gestão governamental e coordenadora da área de educação na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea. *E-mail*: <ana.codes@ipea.gov.br>.

Herton Ellery Araújo

Técnico de planejamento e pesquisa e diretor adjunto na Disoc/Ipea.

E-mail: <herton.araujo@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2720>

A formulação de políticas educacionais baseadas em evidências vem predominando em muitos países. Os esforços para se compreender “o que funciona” orientam as iniciativas governamentais em vários pontos do mundo. O Brasil faz parte desse quadro. Há no país toda uma institucionalidade e uma gama de políticas que espelham claramente os meandros desse movimento internacional. Aqui, as evidências aparecem, de fato, como elementos básicos da gestão da educação.

Por sua própria natureza, o uso de evidências em políticas educacionais é um processo dinâmico, evolutivo, adaptável às circunstâncias e épocas. Nos países que estão há mais tempo nessa trajetória, as discussões recentes apontam para a necessidade de calibragem de algumas dimensões desse modo de se fazer políticas. Assim, questões como orçamento e incorporação dos saberes resultantes das práticas escolares são trazidas à cena.

A quantas será que anda o Brasil nesse processo?

Esse é o ponto que é explorado neste *Texto para Discussão*.

O contexto brasileiro será analisado, em seus aspectos de estruturação e maturação de procedimentos e práticas, na tentativa de se desvendar em que “grau” o país se situa ao longo dessa jornada. Para nortear a discussão, foram utilizadas três abordagens fundamentais, que explicam a utilização de evidências na formulação de políticas educacionais: i) a perspectiva técnico-funcional, focada nos resultados da aprendizagem (habilidades, conhecimentos cognitivos e capacidade analítica); ii) a sociopolítica, que trata de questões culturais e atitudinais; e iii) a institucional, ou organizacional, associada à ideia de valores.

O estudo aponta que o Brasil está alinhado às tendências internacionais relativas ao uso das evidências na formulação das suas políticas educacionais, demonstrando notáveis progressos, sobretudo no que se refere ao arcabouço legal e institucional até então construído. Maiores avanços, contudo, são ainda necessários, principalmente para transformar os saberes inerentes às evidências em fatos – a serem manifestados na cultura do país, no uso por parte dos gestores e no enriquecimento das realidades educacionais.

Para isso, é necessária a consolidação de uma cultura que valorize, confie e incorpore esse tipo de conhecimento como recurso estratégico, para que as decisões tomadas cresçam em legitimidade e viabilidade, sendo compartilhadas e apoiadas por Estado e sociedade. Outro passo importante é incrementar práticas escolares e de gestão com esses conhecimentos. Os resultados das avaliações, ao serem incorporados como recursos utilizados nos processos educacionais, podem se reverter em motivação, aprendizado e proficiência, no âmbito escolar; e eficiência, eficácia e efetividade, no âmbito da gestão.

Tomados conjuntamente, esses aspectos sugerem um modo específico de atuação para o governo federal: o desenvolvimento de políticas de *accountability* perante os outros entes federados, com o intuito de aumentar o senso de responsabilidade e, assim, impulsionar os resultados. Diversos são os recursos já disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos da administração pública nacional – a exemplo do índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e do manancial de possibilidades para o uso gerencial desse indicador. Há, portanto, legitimidade e pertinência em se empenhar para requerer maior efetividade das demais esferas de governo.